

SUMÁRIO

Editorial – Por uma democracia radical com justiça plena	2
Bancada	4
Verdades nada secretas: Congresso inimigo do povo	6
Sem anistia para golpistas!	8
Enfrentamento à violência política etarista, racista e de gênero	12
Tarifa zero	18
Escala 6x1	20
Precarização do trabalho	24
Justiça tributária e social	26
Mobilização popular para o combate às desigualdades	30
Segurança pública sem racismo e intolerância	34
PEC da Reparação é Justiça Social	38
Luta Indígena e Ambiental	40
Mulheridades – conceito forte na luta pelos direitos das mulheres	44
Vidas e Direitos LGBTQIAPN+ com forte representação	50
Regulação das redes e defesa da democracia contra big techs	52
Sem educação não há futuro	54
Ênfase na política de cuidados e proteção à infância	58
Saúde é dignidade e não prospera em meio à fome e às desigualdades	60
Marielle vive em cada pessoa que luta	62
Pelo fim do genocídio contra o povo palestino	64
Agenda Brasil – Diálogos Necessários	66
Destaques dos Mandatos	70



TALÍRIA PETRONE

LÍDER DA BANCADA 2025

POR UMA DEMOCRACIA RADICAL, COM JUSTIÇA PLENA

Em 2025, o Partido Socialismo e Liberdade celebrou 20 anos de legalização, tendo se tornado referência para aqueles e aquelas que não desistiram da luta por direitos, por liberdade, por democracia. Um partido vivo, que hoje reúne quase 330 mil filiados em todos os cantos do Brasil.

Navegando contra a maré do esvaziamento ideológico e da multiplicação de partidos políticos de aluguel, o nosso PSOL mostrou que é possível ser democrático e popular, ecológico e militante, radical e ético, fiel aos princípios que o fundaram.

Consolidou-se em meio a tempestades e retrocessos, sendo coerente ao enfrentar reformas que retiraram conquistas sociais e trabalhistas. E, quando se fez imprescindível, priorizou a unidade para deter o avanço do autoritarismo e do golpismo.

Aqui na Câmara relembramos, com exposição e sessão solene, a trajetória desse jovem partido, que amadureceu nos embates e floresceu no calor das lutas das mulheres, dos negros e negras, da comunidade LGBTQIAPN+, dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos, da peleja dos trabalhadores e trabalhadoras, enfim, de todos aqueles que teimam em resistir.

Também neste ano, lançamos a candidatura do deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) à presidência da Câmara. O PSOL também se fez representar fora do Brasil. Participei da missão oficial do presidente Lula à China. Lá, mais do que acordos, voltamos com lições importantes, compromissos estratégicos e a reafirmação de que o Brasil tem papel relevante a desempenhar no cenário global.

Entre as muitas frentes que abrimos neste ano, estivemos na Cidade do México para o Congresso Pan-Americano de Parlamentares de Esquerda, ao lado de companheiras e companheiros de toda a América e pela defesa da vida, da justiça e da democracia, porque a luta é e segue sendo internacionalista!

Estivemos em luta para combater a desigualdade e taxar o “andar de cima”, priorizamos a votação da isenção do IR para quem ganha até 5 mil reais. Nossa bancada permanece atuando

para melhorar radicalmente a vida dos trabalhadores: abraçamos a iniciativa do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), iniciada em 2023, que propõe o fim da escala de trabalho 6 X 1. A Tarifa Zero nos transportes também é uma das nossas pautas prioritárias.

Nossa bancada votou 100% contra a aprovação da vergonhosa PEC da Blindagem, na linha de frente na exigência de punição aos que roubam dinheiro público.

É por isso que tenho tanto orgulho de ter atuado, em 2025, como líder de uma bancada combativa, coerente e sem medo de enfrentar os poderosos. O PSOL está onde precisa estar: ao lado do povo, da democracia e da transparência. Seguiremos juntos para derrotar cada tentativa de blindar criminosos dentro do Congresso.

Que venha 2026, o ano em que teremos a tarefa de realizar um processo eleitoral orientado para a construção de um Congresso do Povo, porque é assim que vamos concretizar uma democracia radical, com justiça social plena.

Talíria Petrone



BANCADA

2025

**TALÍRIA
PETRONE**
RIO DE JANEIRO



**CÉLIA
XAKRIABÁ**
MINAS GERAIS



**CHICO
ALENCAR**
RIO DE JANEIRO



**ERIKA
HILTON**
SÃO PAULO



**FERNANDA
MELCHIONNA**
RIO GRANDE
DO SUL



**GLAUBER
BRAGA**
RIO DE JANEIRO



**GUILHERME
BOLOUS**
SÃO PAULO



**IVAN
VALENTE**
SÃO PAULO



**LUIZA
ERUNDINA**
SÃO PAULO



**PAULO
LEMOS**
AMAPÁ

PASTOR
**HENRIQUE
VIEIRA**
RIO DE JANEIRO



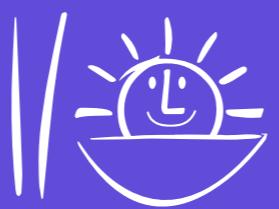
PROFESSORA
**LUCIENE
CAVALCANTE**
SÃO PAULO



**SÂMIA
BOMFIM**
SÃO PAULO



**TARCÍSIO
MOTTA**
RIO DE JANEIRO



psol
na
câmara

VERDADES NADA SECRETAS: CONGRESSO INIMIGO DO Povo

A nossa democracia é frágil e a representação política no Parlamento – ou seja, Câmara dos Deputados e Senado Federal – mesmo que advinda do voto popular, não reflete a voz e os interesses da maioria do povo brasileiro. A pauta do Congresso não é o interesse popular. Não foi à toa que se espalhou na boca do povo e nas hashtags das redes sociais que o “Congresso é inimigo do povo”.

Anderson Barbosa



6

O Congresso Nacional espelha essa distorção de forma nua e crua. São os interesses econômicos, as grandes corporações e os ricos que mais possuem representantes no parlamento. E o atual Congresso tem uma das composições mais conservadoras e contrárias aos direitos sociais da nossa história. Por isto, ganhou o vergonhoso título de “Congresso Inimigo do Povo” com toda a razão.

A maioria não quer taxar os super-ricos, diminuir a jornada de trabalho ou evitar a existência de supersalários. Nos últimos anos, o Congresso instituiu o Orçamento Secreto, sequestrando bilhões de reais do dinheiro público para patrocinar uma farra de emendas parlamentares sem controle e transparência, o que aumentou exponencialmente o desvio de recursos públicos. E, diante da postura firme do STF exigindo transparência, tentou aprovar uma emenda constitucional que blindava parlamentares de investigação e prisão.

Em todos esses episódios, o povo brasileiro sempre contou com a aguerrida bancada do PSOL. O partido foi um dos que representaram no STF contra o Orçamento Secreto e 100% de sua bancada se opôs à PEC da Blindagem. O PSOL também entrou com ADPF para sustar decisão da Câmara que tentou livrar o deputado Alexandre Ramagem, um dos cabeças da trama golpista, de punição.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar arquivou a representação contra o mandato de Eduardo Bolsonaro (PL), que está nos Estados Unidos desde março articulando contra os interesses do país. Os deputados Chico Alencar (RJ) e Paulo Lemos (AP) apresentaram voto em separa-

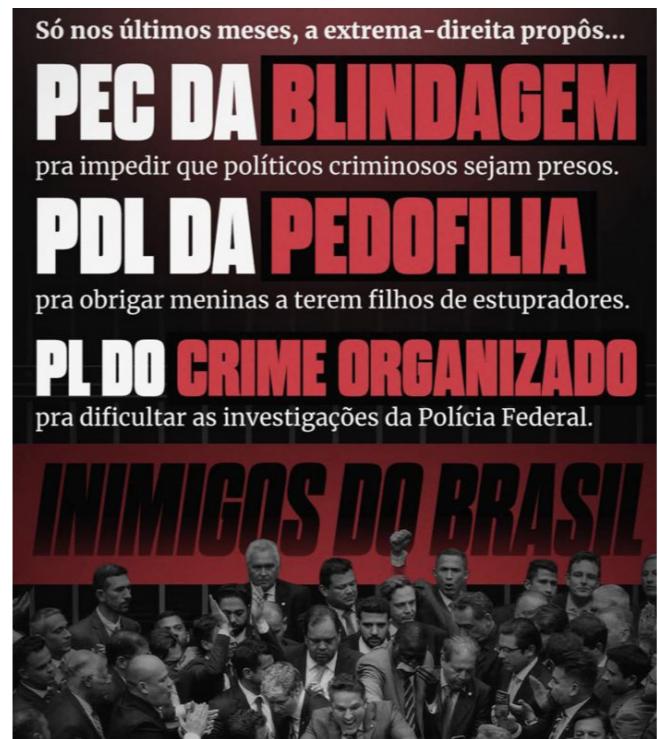
do, contestando o parecer do relator.

O deputado Guilherme Boulos (SP) apresentou representação à Polícia Federal, em setembro, que levou à instauração de um processo administrativo disciplinar (PAD) contra Eduardo Bolsonaro, que é escrivão licenciado da PF – para investigar sua atuação nos Estados Unidos.

Durante a votação que aprovou o PL Antifacções, a deputada Fernanda Melchionna (RS) pontuou que a votação ocorreu no mesmo dia em que o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, foi preso pela Polícia Federal por desviar R\$ 12 bilhões em venda de carteiras de crédito falsas e lembrou a operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, que conectou o PCC à Faria Lima. A deputada denunciou o relatório do deputado Derrite que dificulta o combate aos criminosos de colarinho branco e retirou recursos do fundo de segurança.

Ainda durante a votação do PL Antifacções, o deputado Glauber Braga (RJ) denunciou o envolvimento do governador Claudio Castro, do Rio de Janeiro, com as fraudes praticadas pelo Banco Master. O governador estava presente no plenário da Câmara no momento da votação e articulou a votação da proposta que enfraqueceu a Polícia Federal.

A garantia de aprovação de pautas progressistas e o impedimento de aprovação de medidas antipopulares ou de proteção de parlamentares contra investigações de corrupção sempre tem sido e será fruto da mobilização popular, nas ruas e nas redes. E continuará contando com a combativa bancada do PSOL para fazer valer a voz da maioria do povo brasileiro.



Marcelo Camargo / Agência Brasil

7

SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS!

O caos arquitetado por Jair Messias Bolsonaro e seus aliados desembocou na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Criminosos invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto, sede da Presidência da República. Desde então, o PSOL é voz – e símbolo – da luta contra a anistia aos golpistas.

Falemos, portanto, da luta contra o golpismo. No dia 8 de janeiro deste ano, o deputado Ivan Valente (SP) enviou uma representação ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) contra o jornal O Globo. Na segunda-feira (06) anterior, o jornal veiculou uma publicidade com o título do filme e do livro *Ainda estou aqui*, que narram a história de Rubens Paiva, vítima da ditadura militar, na celebração dos 150 anos do jornal O Estado de S. Paulo ("Estadão"). Na peça publicitária, O Globo destacou: "Duas instituições jornalísticas centenárias. Nas bancas, concorrentes. Nas trincheiras pela democracia, aliadas. Estilos diferentes. Valores em comum, que estão aqui até hoje". Para o deputado, isto é escárnio. "Todo mundo sabe que o Grupo Globo não só apoiou o golpe, como participou das benesses do golpe e foi um dos maiores beneficiários do regime militar da ditadura".



As ações foram muitas em 2025: o então deputado federal e hoje ministro Guilherme Boulos (SP) apresentou o PL 177/2025, conhecido como "PL Véio da Havan", que visa punir empresários que apoiam ou financiam tentativas de golpe de Estado, proibindo suas empresas de licitar ou contratar com o poder público por até 20 anos. Quando a PGR denunciou, em fevereiro, o papel dos chamados "Kids Pretos" na tentativa de golpe contra a democracia, o deputado Chico Alencar (RJ) reforçou a necessidade de extinção do grupo de elite.

O deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) protagonizou a campanha "Sem Anistia para Golpistas de Ontem e de Hoje". O deputado Tarcísio Motta (RJ) foi relator do projeto que cria o Dia Nacional de Defesa da Democracia (25 de outubro) e o "PL da Soberania Financeira" (PL 3831/2025), de Fer-

nanda Melchionna (RS), que proíbe instituições financeiras de aplicarem leis estrangeiras no Brasil – um claro recado a Donald Trump e sua Lei Magnitsky.

Além disso, as deputadas Sâmia Bomfim (SP) e Fernanda Melchionna entregaram um abaixo-assinado com mais de 1,5 milhão de assinaturas contra a PEC 3/2021, a "PEC da Blindagem". Um dia depois, veio a vitória: a mesma PEC foi enterrada no Senado Federal por unanimidade. Para o deputado Chico Alencar (RJ), é preciso avançar e alterar também o artigo 142 da Carta Magna, interpretado por alguns como justificativa para a "intervenção militar constitucional".

O PSOL também protocolou, entre outras ações, representação no Conselho de Ética pedindo a cassação da deputada Carla Zambelli (PL) por suposta participação no plano golpista.



Lendro Rodrigues/ASCOM - Sâmia bomfim



Durante o julgamento, no STF, do grupo que comandou a trama golpista, o deputado Ivan Valente (SP) esteve presente e destacou o momento histórico em que a justiça está sendo feita no Brasil: "Fui perseguido e torturado pela ditadura militar no DOI-CODI e sobrevivi. Mas não estou aqui por vingança ou por revanche. Estou aqui por justiça".

O deputado Ivan Valente (SP) também atuou para que o STF analise e julgue as ações que pedem revisões na Lei da Anistia. O deputado lembrou que uma das principais questões, das que serão analisadas pelos magistrados, é uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, aberta pelo PSOL, que pede que a Lei da Anistia não se aplique a crimes com graves violações de direitos humanos cometidos por agentes públicos, civis e militares, e também não se aplique a casos de crimes continuados.

Quando foi anunciada a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, a

deputada Luiza Erundina (SP) repudiou a medida como um "grave ataque à soberania política e econômica do Brasil e um gesto inaceitável de hostilidade comercial". Segundo a parlamentar, o ato reflete "motivações indevidas, alimentadas pela influência de golpistas antipatriotas como Bolsonaro, que hoje respondem criminalmente no país, com pleno respeito aos direitos constitucionais".

O deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) apresentou o PL 3559/2025, que propõe alterações na Lei nº 14.197/2021, visando fortalecer a proteção da soberania nacional diante de novas formas de interferência externa. O texto tipifica como crime a negociação ou articulação com governos, blocos econômicos ou grupos estrangeiros que, com o objetivo de interferir nos processos decisórios dos Poderes constituídos, causem dano relevante ou risco grave à economia, infraestrutura tecnológica ou serviços digitais do país. A pena prevista inclui reclusão e perda de direitos políticos por oito anos.

Em suma: **não importa o ano, o PSOL protagonizará a luta incansável a favor da democracia – e, ao mesmo tempo, encampa a luta contra a anistia aos golpistas.** Que os criminosos paguem pela tentativa de derrubar um governo democraticamente eleito.



ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA ETARISTA, RACISTA E DE GÊNERO

O PSOL se destacou no combate à violência política de gênero, denunciando as ofensivas contra a ministra Marina Silva, que foi vítima de ataques racistas e misóginos em maio e julho de 2025. O deputado Ivan Valente (SP) enfrentou os negacionistas e os machistas da Comissão de Agricultura e se contrapôs veementemente aos ataques misóginos que, uma vez mais, foram dirigidos à ministra. Parlamentares do partido se pronunciaram em plenário e nas redes, apontando que os ataques à ministra simbolizam a tentativa de afastar as mulheres negras dos espaços de decisão e de enfraquecer o avanço de uma agenda ambiental e social comprometida com a justiça climática e com os direitos humanos.



Gabriel Paiva / PT no Senado

No dia em que o golpe militar completava 61 anos, 1º de abril, e para homenagear o Dia Internacional do Direito à Verdade, celebrado em 24 de março, o deputado Ivan Valente (SP) e a deputada Luiza Erundina (SP) realizaram uma sessão solene em que defenderam o direito à memória e à verdade como forma de proteger a democracia e de evitar que os crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985) se repitam na história do Brasil.

A deputada Célia Xakriabá (MG) também protagonizou importantes confrontos. Em abril, foi vítima de violência policial ao ser atingida por gás lacrimogêneo e spray de pimenta, além de ter sido impedida de entrar no Congresso Nacional mesmo após se identificar como deputada federal.

O episódio gerou grande comoção e escancarou o racismo institucional e a exclusão histórica a que os povos originários ainda são submetidos. Célia protocolou uma representação no Supremo Tribunal Federal (STF) denunciando crimes de racismo, violência política de gênero e lesão corporal. Além desse grave episódio, ela também enfrentou ataques verbais e práticas discriminatórias no plenário, como no embate com o deputado Kim Kataguiri, ocasião em que denunciou o racismo e o sexismso sofridos cotidianamente na Câmara dos Deputados.

Em abril, o deputado Glauber Braga (RJ) realizou uma greve de fome em protesto contra a decisão do Conselho de Ética da Câmara, que aprovou o parecer favorável à cassação de seu mandato. O processo teve origem em um episódio ocorrido em abril de 2024, quando Glauber expulsou um militante do Movimento Brasil Livre (MBL) das dependências da Câmara. O deputado reagiu a insinuações ofensivas sobre sua mãe, que estava gravemente doente. O processo e sua tramitação acelerada representaram um caso claro de perseguição política e retaliação, motivados por suas constantes denúncias contra o "orçamento secreto" e por sua postura crítica ao ex-presidente da Câmara, Arthur Lira.

O gesto de Glauber, amplamente acompanhado pela imprensa e por movimentos populares, tornou-se um símbolo da resistência à violência política e institucional, reafirmando o compromisso histórico do PSOL com a defesa da democracia, da liberdade de expressão e do direito de representação popular.



A bancada do PSOL esteve ao lado do deputado Glauber durante todo este processo de resistência. "Defender o mandato do companheiro Glauber é defender a democracia, o Estado democrático de direito e, sobretudo, as vozes que representam uma esquerda comprometida com os verdadeiros ideais socialistas. É por esses mandatos que o povo se faz ouvir no Parlamento", definiu a deputada Luiza Erundina (SP), em um dos atos em defesa do mandato do deputado Glauber.

Em dezembro, a Câmara aprovou a suspensão por seis meses do mandato do deputado Glauber. O parlamentar agiu em defesa da honra de sua mãe e declarou que não se arrepende de nada. Em seu lugar, assumiu a deputada Heloísa Helena, da Rede/RJ.

O PSOL também reagiu aos ataques etaristas sofridos por Ivan Valente (SP), denunciando o preconceito contra a idade como forma de deslegitimização política. A bancada transformou o episódio em debate sobre o valor da experiência, da trajetória e da pluralidade geracional na vida pública.

Na Comissão de Segurança Pública, a bancada prestou solidariedade ao deputado Pastor Henrique Vieira (RJ), alvo de intolerância religiosa e ataques pessoais por defender pautas de direitos humanos e igualdade.

O deputado Pastor Henrique Vieira (RJ), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Estado Laico e da Liberdade Religiosa, tomou uma série de medidas institucionais contra o deputado e pastor Marco Feliciano por este ter proferido, reiteradamente, falas ofensivas contra religiões de matriz africana. O deputado Pastor Henrique encaminhou denúncia ao Ministério dos Direitos Humanos, ao Ministério da Igualdade Racial, à Procuradoria da República e à Mesa da Câmara dos Deputados para registro e acompanhamento do caso como crime de intolerância religiosa.

Em novembro, a deputada Luiza Erundina (SP) propôs a criação de uma Subcomissão Especial de Memória, Verdade e Justiça no âmbito da Comissão de Direitos Humanos como parte das ações que devem ser tomadas a partir da realização do Seminário "Fortalecimento da Democracia: Avanços e Desafios na Implementação das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade". Este seminário foi uma iniciativa da deputada, do Instituto Vladimir Herzog e da Defensoria Pública da União (DPU). No evento, foi lançado o Relatório "Fortalecimento da Democracia: Monitoramento das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade".





TARIFA ZERO

Na luta pela PEC 25/2023, que define diretrizes sobre o direito social ao transporte e sobre o Sistema Único de Mobilidade, a deputada Luiza Erundina (SP) colocou o transporte público gratuito e sustentável no centro da agenda climática, medida que dialoga com o direito à cidadania e à redução das emissões. Erundina solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a inclusão do tema Tarifa Zero e Sistema Único de Mobilidade (SUM) nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

“Com uma maior conectividade e facilidade de uso, os cidadãos são mais propensos a optar por alternativas sustentáveis de transporte, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa. As políticas de mobilidade urbana, especialmente a implementação da tarifa zero e de um sistema único de mobilidade, têm o potencial de desempenhar um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas”, aponta **Luiza Erundina**.

**TARIFA
ZERO
JÁ**



TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO E SUSTENTÁVEL NO CENTRO DA AGENDA POLÍTICA

A tarifa zero e um sistema único de mobilidade ajudam a mitigar o aumento das temperaturas globais, promovendo o uso do transporte público e a diminuição do número de veículos particulares nas vias urbanas. Também trazem benefícios socioeconômicos significativos. A acessibilidade ao transporte público sem custo melhora a qualidade de vida das populações de baixa renda, que dele dependem para acessar oportunidades de emprego, educação e serviços de saúde.

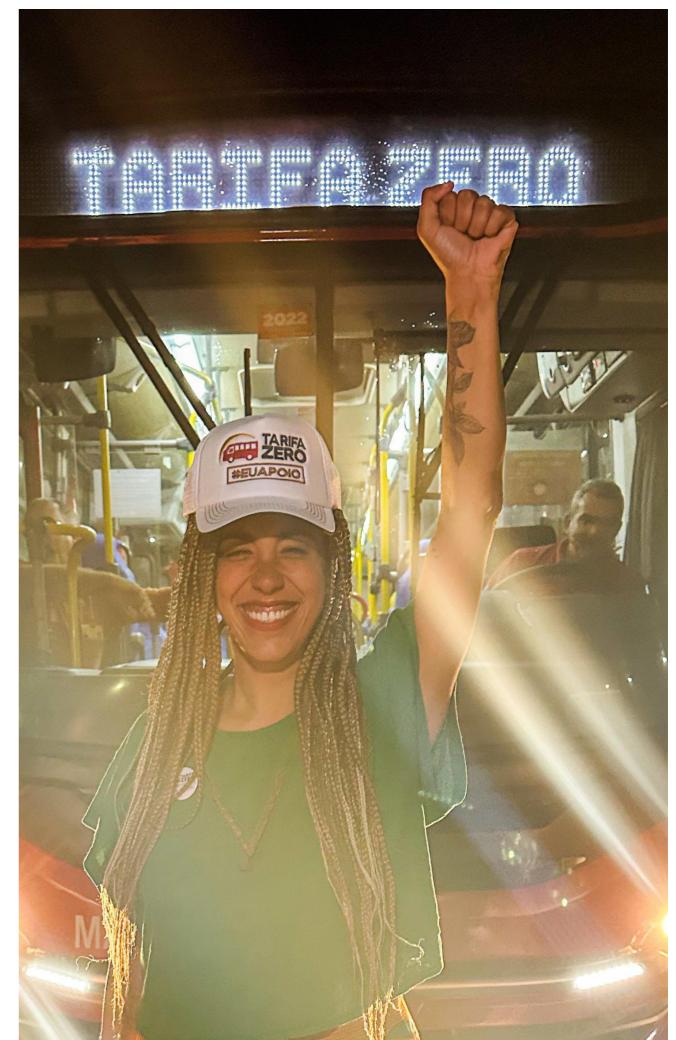
Na prática, o SUM estrutura e integra políticas de mobilidade urbana em todo o território nacional com planejamento federativo, financiamento estável e gestão democrática. “A mobilidade não pode ser um privilégio de quem pode pagar. É um direito de todas e todos. Aprovar o SUM é enfrentar desigualdades sociais, territoriais e climáticas com uma política pública estruturante e permanente”, afirma a decana do PSOL.

A pauta da tarifa zero nos transportes foi prioridade para a bancada do PSOL durante todo o ano. O deputado Tarcísio Motta (RJ) considera a

mobilidade urbana não apenas o deslocamento físico, mas um mecanismo de inclusão social e de garantia do acesso à educação, saúde, trabalho e cultura, uma questão de justiça social e equidade.

Um estudo do pesquisador Daniel Santini demonstrou o avanço da pauta. De acordo com ele, em 2019, apenas 14 municípios tinham tarifa zero. Hoje, já são 138, e a tendência é de crescimento acelerado diante da crise no transporte público. O pesquisador explica que o atual modelo, baseado no aumento das tarifas para sustentar o sistema, tem provocado a redução de passageiros pagantes, agravando o desequilíbrio financeiro e tornando urgente uma nova abordagem.

O país que é referência de políticas públicas de proteção social pela constituição de Sistemas Únicos (SUS e SUAS) pode, nessa quadra histórica em que é essencial repensar cidades e a questão ambiental, dar mais um exemplo para o mundo com a criação do Sistema Único de Mobilidade. A Tarifa Zero, que antes era impossível, hoje é inevitável.





A PEC QUE O POVO PRECISA: CHEGA DE TRABALHAR SEIS DIAS PARA FOLGAR SÓ UM

Aluta nacional pelo fim da escala de trabalho 6x1 ganhou notável ascensão a partir de 2023, sendo impulsionada pelo Movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Criado e liderado por Rick Azevedo, ex-balconista de farmácia e hoje vereador pelo PSOL/RJ, o VAT mobilizou milhares de pessoas em defesa do direito ao descanso.

No Congresso Nacional, a deputada Erika Hilton (SP) assumiu a linha de frente para traduzir o clamor social em ação legislativa concreta. Em colaboração direta com o VAT, especialistas e categorias afetadas, ela protocolou na Câmara a Proposta de Emenda à Constituição 8/2025. Esta PEC propõe a reestruturação da jornada de tra-

balho, visando a sua redução para um máximo de 36 horas semanais, o que, consequentemente, extinguiria o regime 6x1.

A força da iniciativa de Erika Hilton foi demonstrada pelo rápido e expressivo apoio na Casa, garantindo em tempo recorde mais de 194 assinaturas, superando as 171 necessárias para que a PEC iniciasse sua tramitação. Sua presença foi o vetor que pautou o debate nacionalmente, utilizando todos os espaços de debate público e redes sociais para colocar a luta contra a exaustão como uma disputa civilizatória que defende o tempo livre como um direito humano essencial para a prosperidade social da classe trabalhadora.

Rebeca Meyer / ASCOM - Sâmia Bomfim



Matheus Alves





Guilherme Taborda



ASCOM Guilherme Boulos



Bruno Spada / Câmara dos Deputados



ASCOM Guilherme Boulos

O deputado Pastor Henrique (RJ) lançou a campanha “Deixe meu povo livre!”, ampliando a base de apoio na comunidade cristã para pressionar os parlamentares pelo fim da escala 6x1. Pastor Henrique defende que a jornada 6x1 desagrega as famílias e nega o direito sagrado ao descanso, conclamando a união de cristãos e cristãs.

O deputado federal Guilherme Boulos (SP) completou a frente de luta com a cobrança incisiva e a articulação da pressão popular, reforçando que o valor do ser humano não se mede pela capacidade de produzir.

A atuação conjunta de toda a bancada expressa uma força plural, unindo a mobilização social do VAT, a proposição parlamentar e a mobilização pública na fé, evidenciando que a luta contra a escala 6x1 é parte de uma agenda maior por dignidade e tempo para viver.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

PROTEÇÃO EFETIVA PARA OS TRABALHADORES DE APLICATIVO

Em 2025, o combate à precarização do trabalho foi uma das principais frentes de atuação da bancada. As plataformas digitais, embora inovadoras, têm proporcionado a chamada “uberização” dos trabalhadores, com longas jornadas, ausência de direitos e fragilidade social para entregadores e motoristas. O relatório Entregas da Fome, de 2024, já havia alertado para a situação de insegurança alimentar que afetava muitas famílias desses trabalhadores, um cenário que exigiu uma resposta legislativa contundente.

A atuação da bancada buscou transformar essa realidade, com propostas concretas para

assegurar mais proteção e dignidade. O PL 2479/2025, de autoria do deputado Guilherme Boulos (SP) e de outros parlamentares, representou um avanço significativo. Este projeto de lei visa combater a exploração estrutural, estabelecendo um valor mínimo de remuneração por entrega e garantindo que as plataformas custeiem integralmente o seguro contra acidentes. Além disso, introduziu regras claras de transparência algorítmica, obrigando as empresas a informar o valor total da corrida e a taxa de serviço retida antes que o trabalhador aceite a demanda, um passo importante para desmantelar a falta de clareza no gerenciamento do trabalho.

Outra iniciativa de peso foi o PL 1579/2025, proposto pela deputada Talíria Petrone (RJ). Este projeto focou no direito essencial à alimentação, tornando obrigatório que as empresas de aplicativo concedam um crédito de, no mínimo, R\$ 20,00 para uso exclusivo em alimentos, a cada 4 ou 6 horas de serviço. Uma medida direta para enfrentar a insegurança alimentar e garantir o bem-estar dos entregadores.

Contrária à Reforma Administrativa proposta na PEC 38 e ativa na denúncia do retrocesso para os serviços públicos que ela representa, a bancada atuou dentro e fora do Congresso para evitar a votação. Na avaliação da deputada Professora Luciene Cavalcante (SP), a Reforma Administrativa representa mais que uma mudança de regras para o funcionalismo: coloca em disputa o próprio modelo de Estado. “O risco é transformar

o serviço público em um espaço de contratos precários, submetido a interesses políticos imediatos, em vez de garantir direitos para toda a população”, aponta. A deputada Luciene colhe assinaturas em um abaixo-assinado contra a Reforma Administrativa.

O deputado Glauber Braga (RJ) acompanhou o julgamento do Tema 1.389 no Supremo Tribunal Federal (STF), que vai definir se a contratação de pessoas jurídicas para atividades típicas de emprego é uma forma legítima de prestação de serviços ou uma “fraude trabalhista”. O STF ainda não concluiu a votação. Para o deputado Glauber, “quando o lucro se sobrepuja à vida, o que está em risco não é apenas o emprego, mas o próprio pacto social que sustenta o Brasil. Defender a CLT é proteger o presente e garantir o futuro”.



JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E SOCIAL

CONTRA OS PRIVILÉGIOS FISCAIS, POR UM SISTEMA SOCIAL MAIS JUSTO

A trajetória histórica do PSOL na defesa da justiça tributária consolidou o partido como uma das principais vozes contra privilégios fiscais e em favor de um sistema que cobre mais de quem tem mais. Ao longo dos anos, o partido atuou no Parlamento, no Judiciário e junto aos movimentos sociais para enfrentar a regressividade do sistema, termo técnico que significa que pessoas com menor renda vêm pagando, em impostos, uma parcela maior do que ganham em comparação com os mais ricos — e garantir que os recursos públicos cheguem a quem mais precisa.



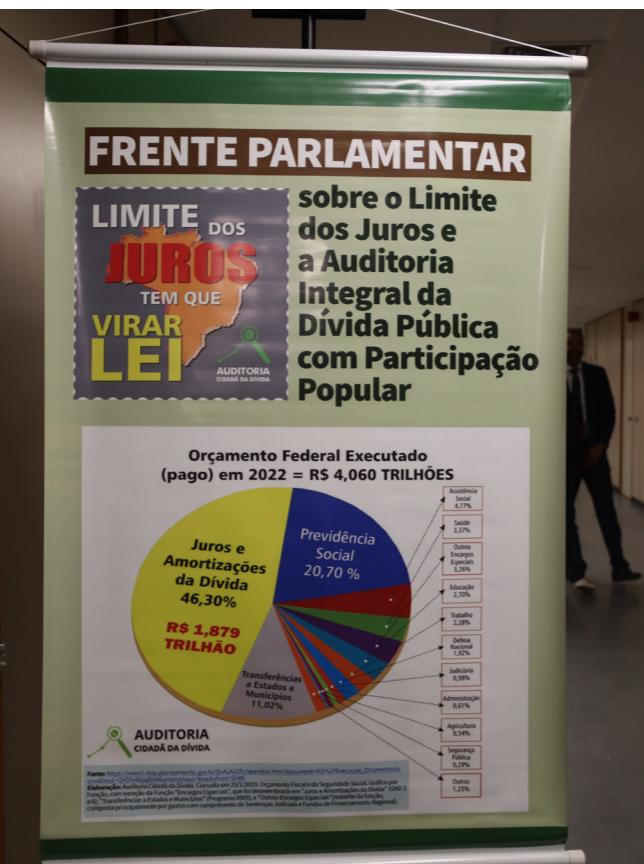
Em 2025, essa luta ganhou novo fôlego no debate nacional. A batalha do IOF foi decisiva. Ao acionar o STF contra o decreto que suspendia o aumento do imposto sobre operações financeiras no exterior, medida que beneficiaria diretamente os mais ricos, o PSOL não apenas defendeu a Constituição e o interesse público, mas contribuiu para uma inflexão política. A deputada Luiza Erundina (SP) defendeu o governo Lula e convocou a população a se organizar e ocupar as ruas em apoio às políticas que beneficiam os mais pobres. A vitória representou uma virada para a governabilidade e para a agenda econômica, recolocando a tributação no centro da disputa política e abrindo caminho para a aprovação unânime do PL 1087/2025, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda e coloca os mais ricos para pagarem essa conta.

O deputado Ivan Valente (SP) apresentou o PL 5369/2025, para criar uma tributação de 15% sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitidos a partir de 1º de janeiro de 2026. Para o deputado, os super ricos do agronegócio brasileiro precisam começar a pagar impostos, inclusive para financiar a redução

das enormes desigualdades sociais brasileiras.

A ampliação da faixa de isenção do imposto de renda, medida que beneficia diretamente 16 milhões de brasileiros, foi construída com atuação firme da bancada do PSOL na comissão especial e no plenário, sempre em diálogo com movimentos sociais, centrais sindicais e especialistas. O PSOL ajudou a garantir alívio tributário para quem vive do trabalho e reafirmou a necessidade de ampliar a taxação sobre grandes rendas e patrimônios.

É apenas um começo. A justiça tributária plena exige corrigir integralmente a tabela do Imposto de Renda, retomar a progressividade perdida, que faz com que a alíquota do imposto aumente conforme aumente a renda ou patrimônio, fazendo com que pessoas com maior capacidade econômica paguem uma proporção maior de seus ganhos em impostos, e implementar a taxação de grandes fortunas prevista na Constituição de 1988. Exige também fortalecer a tributação sobre lucros e dividendos, heranças, Bets e acabar com privilégios tributários de setores poderosos como o agronegócio. O PSOL seguirá na linha de frente por um sistema fiscal que distribua renda, proteja direitos e enfrente as desigualdades estruturais.



Kayo Magalhães / Câmara do Deputados



MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Reafirmando o compromisso histórico do partido com a justiça social em 2025, o **PSOL na Câmara** deu continuidade à sua atuação no enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e ambientais.

A deputada Célia Xakriabá (MG) fez ecoar pelo país uma agenda que conecta o enfrentamento das desigualdades sociais à luta por justiça climática e territorial, culminando em três encontros pré-COP, que simbolizaram o enfrentamento ao modelo econômico de concentração de renda, destruição de territórios e negação de direitos.

Cada evento expôs as diversas formas de desigualdade no Brasil e a força das comunidades na construção de um novo modelo civilizatório. Em Brumadinho (MG), o encontro com mulheres atingidas, indígenas e quilombolas denunciou a ausência de reparação pós-crime da Vale e o avanço da mineração sobre as águas, afirmando que a justiça ambiental e social são inseparáveis.

No território Krenak, às margens do Rio Doce (Watu), as lideranças destacaram a destruição

ambiental, espiritual e cultural, levando a deputada a apresentar o PL 3799/2025, que propõe a reparação de danos espirituais por crimes ambientais.

Já em Belo Horizonte, o diálogo urbano no Aglomerado da Serra levou a pauta climática às periferias, onde juventudes e movimentos sociais discutiram como a crise climática é sentida primeiro pelas populações periféricas e racializadas, resultando na apresentação do PL 5286/2025, que institui a Política Nacional de Combate ao Racismo Ambiental.

Os encontros pré-COP reforçaram a importância de debater a crise climática com as comunidades mais afetadas, gerando propostas focadas em demarcação de territórios, agroecologia e políticas de cuidado.



Sob a presidência do Pastor Henrique Vieira (RJ), a Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades tem atuado para fortalecer o diálogo entre Parlamento e sociedade civil, ampliando o alcance da agenda de combate às desigualdades estruturais. Desde que assumiu o comando, em maio de 2025, Pastor Henrique tem articulado um espaço plural, com iniciativas como o debate “Justiça Social e Sustentabilidade”, e a defesa da taxação de grandes fortunas.

“Precisamos pensar em um modelo de desenvolvimento socioeconômico que reduza a desigualdade, supere a pobreza, erradique a fome e promova a distribuição de renda, riqueza e terra com responsabilidade ambiental”, defende o deputado. A Frente se consolida como instrumento de articulação política e técnica, reunindo organizações, dados e proposições legislativas voltadas a reduzir desigualdades.

Em junho, a Câmara aprovou o PL 4035/2023, de autoria de Guilherme Boulos (SP), que institui agosto como o Mês de Combate às Desigualdades Sociais. O texto aprovado determina que o Congresso promova, anualmente, a fiscalização das políticas públicas sociais do governo federal. Ao defender a proposta, Boulos afirmou: “Não é mais possível adiar a tarefa de transformar o combate às desigualdades em prioridade nacional”.

A aprovação da isenção e redução do Imposto de Renda, beneficiando cerca de 16 milhões de contribuintes, e taxando 144 mil super ricos, representou um importante passo para diminuir a injustiça de termos, nos últimos 20 anos, queda das alíquotas dos que ganham mais de 320 sa-

ários mínimos de 6,9% para 4,3%, enquanto na faixa de renda menor, a alíquota subiu de 0,22% para 2,66%. “Demos um primeiro passo para começar a superar nossa histórica desigualdade social”, comemorou o deputado Chico Alencar (RJ).

No contexto da votação da PEC da Bandeira e a urgência do PL da Anistia, ocorreu a votação da MP 1300/25 que amplia o alcance da Tarifa Social de Energia Elétrica e beneficia milhares de famílias brasileiras. O deputado Paulo Lemos ressaltou a importância de aprovar a matéria para avançar na redução das desigualdades regionais.

As deputadas Fernanda Melchionna (RS) e Sâmia Bomfim (SP) protocolaram um Projeto de Decreto Legislativo para sustar um trecho do decreto publicado pelo governo federal que, mais uma vez, ameaça os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O decreto determina que os valores do Bolsa Família e de outras transferências assistenciais passem a compor a renda familiar para avaliar aqueles que estão aptos a receber o BPC. Essa mudança eleva artificialmente a renda de centenas de milhares de domicílios, empurrando-os para fora do benefício.

Assim, entre a mobilização popular e a produção legislativa, o PSOL reafirma seu papel central na construção de um Brasil menos desigual, sustentando a luta por um Estado que garanta direitos, reduza injustiças e promova uma transição energética justa e solidária para toda a sociedade.



Kayo Magalhães / Câmara do Deputados



Levi Munhoz



33

SEGURANÇA PÚBLICA SEM RACISMO E INTOLERÂNCIA

Ser contra majoritário, quando se depende de voto, é uma das atitudes mais corajosas dos parlamentares do PSOL. Quando se trata de segurança pública, o medo legítimo da população diante da violência tem gerado como resposta um populismo penal por parte do Congresso Nacional. Isto faz com que novos crimes sejam criados, aumento de pena, enfraquecimento dos direitos fundamentais de acusados e condenados e um aumento irresponsável de ocupação do sistema penitenciário há muito colapsado.

Os parlamentares do PSOL têm enfrentado o árduo trabalho de serem contrários a aumentos desproporcionais de pena, a apontar que a diminuição de garantias penais fundamentais é prejudicial para todos e a demonstrar que o estado-penal ultra vigilante interfere na vida privada dos cidadãos e perpetua injustiças e preconceitos.

O reconhecimento facial e a identificação fotográfica expõem o mesmo problema: o racismo que faz com que pessoas inocentes sejam incriminadas e presas mesmo quando possuem provas de não envolvimento no crime. As denúncias de erros no uso destas técnicas parecem vãs em uma sociedade em que parte significativa das pessoas trata as vidas de pessoas negras como descartáveis, aplaudem suas mortes e aumentam a popularidade de governantes que praticam chacinas.

Neste cenário, a única alternativa é continuar nadando contra a corrente e demonstrando a fácia da afirmação de que a esquerda não apre-

senta alternativas. A luta na Câmara se deu justamente em torno de alternativas efetivas que a direita insiste em não querer aprovar: maior controle sobre as armas; definição de um papel mais ativo da União para a formulação de uma política nacional de segurança pública; criação de uma polícia viária federal para impedir que armas e drogas entrem por portos, aeroportos e sejam transportadas nas estradas; fortalecimento da polícia federal e das regras legais para impedir o dinheiro do crime de circular livremente nos maiores centros financeiros do país.

Para sair desta linha de política de segurança que tem como alvo a população negra, foi aprovado o PL 2.056/2025, de autoria do deputado Pastor Henrique Vieira (RJ), que cria a Política Nacional de Destinação Social de Bens Imóveis de Origem Ilícita. A proposta estabelece que imóveis tomados de milícias, facções e organizações criminosas sejam devolvidos à população e utilizados para fins sociais, culturais, educacionais e comunitários. O texto será analisado pelo Senado Federal.

No combate ao racismo estrutural nas forças de segurança, a deputada professora Luciene Cavalcante (SP) denunciou ao Ministério Público de São Paulo o caso de racismo religioso e a ação policial extremamente agressiva ocorrida na EMEI Antônio Bento, na zona sul da capital paulista. Policiais militares entraram armados com metralhadora na escola para questionar uma atividade sobre história e cultura afro-brasileira desenvolvida com as crianças.



A bancada do PSOL também promoveu um debate sério sobre percentuais mínimos de drogas para consumo que devem ser tolerados para evitar a seletividade racista do sistema penal; a necessidade de políticas de redução de danos para quem faz uso abusivo de álcool e outras drogas; e a defesa das câmeras corporais em policiais capaz de diminuir a letalidade policial, evitar abusos e proteger a atuação dos bons agentes.

Em outubro, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial realizou audiência pública para debater os impactos da violência de Estado nas comunidades periféricas. Na reunião, foram discutidas políticas públicas de reparação, cuidado e promoção dos direitos humanos, com destaque para a atuação da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RA-AVE), criada após a chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em 2021. Em uma emocionante

reunião em que compareceram todos os deputados federais do PSOL/RJ, o deputado Tarcísio Motta destacou a urgência de o Estado brasileiro reconhecer sua responsabilidade na violência que atinge jovens negros e periféricos.

No dia seguinte ao que pode ter sido a maior chacina da história do país, ocorrida no Rio de Janeiro em novembro, os deputados Tarcísio Motta, Pastor Henrique Vieira, Chico Alencar e a deputada Talíria Petrone participaram de reunião no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para discutir as ações do governo federal diante do caos provocado pela política de segurança pública do governador Cláudio Castro. Toda a bancada reafirmou que o enfrentamento ao crime organizado deve ser conduzido com base em inteligência, planejamento estratégico e na preservação da vida.





ASCOM Sâmia Bomfim



Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Equipe Luciana Genro



ASCOM Sâmia Bomfim



Equipe Luciana Genro

PEC DA REPARAÇÃO É JUSTIÇA SOCIAL

A Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2024, conhecida como PEC da Reparação, tem como foco principal a instituição do Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR) e a inclusão de um novo capítulo na Constituição Federal sobre a promoção da igualdade racial. Ela já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e agora tramita numa Comissão Especial, com participação ativa dos parlamentares do PSOL.

A PEC representa um marco histórico no Brasil, representando o reconhecimento formal, pelo Estado, das violações sistemáticas de direitos sofridas pela população negra. Essa iniciativa busca endereçar não apenas os mais de três séculos de escravidão, mas também o período pós-abolição, marcado por políticas de exclusão, violência institucional e a persistência de profundas desigualdades raciais. A PEC atua como uma declaração de que o Estado tem a responsabilidade de enfrentar as consequências duradouras do racismo estrutural que moldou a sociedade brasileira.

O cerne da proposta reside em sua ação mais crucial: incorporar no texto constitucional a obriga-

ção de o Estado promover justiça reparatória. Essa reparação é definida como material, simbólica, coletiva e estrutural, e está alinhada a diretrizes e parâmetros internacionais de direitos humanos, como a Declaração e Programa de Ação de Durban. Ao transformar essa obrigação em um dever constitucional, a PEC consolida o compromisso estatal de combater ativamente os efeitos contemporâneos do racismo estrutural, buscando reparar danos históricos e construir uma sociedade mais justa.

Em seu escopo mais amplo, a PEC da Reparação visa redefinir o pacto democrático brasileiro. Seu objetivo é garantir a implementação de políticas permanentes voltadas para a equidade racial, o desenvolvimento socioeconômico de comunidades negras, a preservação de memórias e a responsabilização por práticas de violência estatal.

A proposta é considerada uma medida estratégica de justiça de transição aplicada às relações raciais, buscando fortalecer a democracia, reduzir as desigualdades estruturais e afirmar, de modo inequívoco, que o futuro do país deve ser fundamentado em verdade, reparação e garantias de não repetição das injustiças históricas.



LUTA INDÍGENA E AMBIENTAL

O ano de 2025 reafirmou o PSOL como voz ativa pela justiça climática e socioambiental no Congresso Nacional. Diante dos desafios da crise ambiental, avanço do agronegócio e das ações para flexibilizar o licenciamento ambiental, a bancada atuou com coerência e coragem para propor saídas reais à crise climática, fortalecendo o papel do Brasil às vésperas da COP30, em Belém do Pará.

Sob a liderança de Talíria Petrone (RJ), coordenadora do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista, a bancada do PSOL defendeu uma transição energética justa e o fim dos subsídios à energia suja, com o PL 219/2025, que extingue incentivos ao carvão mineral. No PL 1008/2025, a deputada Talíria enfrentou o greenwashing - publicidade enganosa que vincula a imagem de empresas ao comprometimento com a sustentabilidade que na realidade não existe, enquanto o PL 848/2025 propôs novas garantias trabalhistas frente aos eventos climáticos extremos.

Ivan Valente (SP) apresentou o PL 1725/2025, que veda a oferta de novos blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia e obriga a recuperação ambiental nas áreas já exploradas na região, e o PL 2634/2025, que cria o Programa Nacional de Conselhos Municipais do Clima. Também liderou mobilizações contra os leilões de petróleo e defendeu o fortalecimento do Ibama e da participação social nas políticas ambientais.



Erika Hilton (SP) garantiu, por emenda, a criação do Centro de Referência de Conflitos Fundiários e Emergências Climáticas, enquanto Guilherme Boulos (SP) relatou o projeto que incentiva o uso de energia solar e fontes limpas nas edificações urbanas. Já Sâmia Bomfim (SP) coordenou a Subcomissão de Climatização nas Escolas, abrindo caminho para uma política nacional de adaptação escolar à emergência climática. Nessa mesma linha, Luciene Cavalcante (SP) protocolou um Requerimento de Urgência para a tramitação do seu PL 1022/24, que estabelece um Programa de Enfrentamento à Crise e Emergência Climática nas Escolas na rede pública de todo o Brasil, do ensino básico ao superior.

Na linha de frente da luta indígena, Célia Xakriabá (MG) apresentou quatro projetos de lei que reforçam a proteção dos povos tradicionais e a transição para modelos sustentáveis de desenvolvimento. O PL 1528/2025 cria um seguro climático para comunidades afetadas por secas e enchentes; o PL 1529/2025 institui uma renda indígena com base na denominação de origem de produtos e saberes tradicionais; o PL 1530/2025 propõe o FUNAP Tradicionais, fundo de incentivo à agroecologia e à produção sustentável de povos indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas; e o PL 4543/2025, que institui as Zonas Livres de Uso Comum e Sustentável de Espécies Nativas, iniciativa batizada de "Lei do Pequi Livre".

Chico Alencar (RJ) apresentou o PL 6034/2025, que cria o Fundo Nacional de Empregos Verdes (FNEV), destinado a promover o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e a geração de postos de trabalho de baixo impacto ambiental. Os deputados e deputadas do PSOL Chico Alencar (RJ), Luiza Erundina (SP), Célia Xakriabá (MG), Professora Luciene Cavalcante (SP), Tarçísio Motta (RJ) e Glauber Braga (RJ) apresentaram o PL 5003/2025, que propõe a regulação do consumo de recursos hídricos por centros de processamento de dados (data centers) no território nacional, para preservar a soberania hídrica da população.

Um relatório do deputado Guilherme Boulos (SP) ao PL 5733/2029 propôs a obrigatoriedade do uso de energia solar e fontes de energia limpa nos sistemas de aquecimento de água de edifícios e assim contribuir decisivamente para que as cidades sejam mais eficientes do ponto de vista energético.

No Sul, Fernanda Melchionna (RS) esteve na linha de frente da reconstrução pós-enchentes, presidindo a Subcomissão de Educação sobre Desastres Climáticos e destinando emendas para recuperar escolas atingidas.

Glauber Braga (RJ) lançou manifesto em defesa das terras raras da Amazônia, denunciando a pressão de potências estrangeiras sobre as riquezas minerais brasileiras e defendendo a soberania nacional frente à disputa global por recursos estratégicos.

Tarcísio Motta (RJ) segue na coleta de assinaturas para a PEC da criação do Sistema Único de Prevenção Socioambiental — o “SUS do Meio Ambiente”, que propõe a cobertura universal para que nenhuma cidade fique desprotegida, nenhum bairro indefeso e nenhuma família abandonada — e aprovou o seu PL do Programa Nacional de Escolas Resilientes na Comissão de Meio Ambiente.

O deputado Tarcísio Motta (RJ) esteve no STF em outubro para acompanhar o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5553 e 7755, que questionam os benefícios fiscais concedidos à comercialização de agrotóxicos no Brasil. As ações, movidas pelo PSOL e pelo PV, apontam que a isenção de impostos sobre substâncias tóxicas viola princípios constitucionais como a proteção à saúde, a defesa do meio ambiente e a seletividade tributária. “Enquanto o Estado deixa de arrecadar bilhões em impostos para beneficiar grandes empresas do agronegócio, falta recurso para fortalecer a saúde pública e o meio ambiente”, afirmou o deputado Tarcísio.

Durante o breve mandato na Câmara, o deputado Paulo Lemos (AP) marcou sua atuação com o compromisso de pautar as lutas do povo amapaense e a defesa da Amazônia, o combate às desigualdades e a justiça fiscal.

Na semana que antecedeu a COP30, a bancada obteve duas vitórias importantes no Plenário: Talíria Petrone aprovou o PL 2947/2025, que inclui a educação climática entre as atribuições da CIPA, voltada à prevenção e resposta a desastres; e, sob relatoria de Célia Xakriabá, foi aprovado o substitutivo ao PL 2274/2023, que endurece as punições a quem financia ou contrata a mineração ilegal. Além disso, o Pastor Henrique Vieira realizou o debate “Justiça Social e Sustentabilidade: Caminhos para a COP 30”, promovido pela Frente Parlamentar de Combate às Desigualdades, presidida por ele.

Durante a COP, o deputado Chico Alencar (RJ) apresentou o estudo Fake News e o Enfrentamento à Desinformação Climática, produzido pela Câmara dos Deputados, como forma de combater o negacionismo climático.

Ainda na COP, povos indígenas Munduruku denunciaram a publicação, pelo governo federal, do decreto nº 12.600, que abre a porteira para a privatização das hidrovias do Madeira (Rondônia – Amazonas), do Tocantins (Pará – Tocantins) e do Tapajós (Pará) ao incluí-las no Programa Nacional de Desestatização. O deputado Glauber Braga (RJ) e a deputada Sâmia Bomfim (SP) assinaram o Manifesto pela Revogação desse Decreto.

No final de novembro, o Congresso derrubou vetos do governo sobre licenciamento ambiental, cujo projeto de lei ficou conhecido como “PL da Devastação”. O deputado Glauber Braga, assim como os demais membros da bancada, denunciou o aumento do risco de desmatamento, queimadas e cerceamento dos direitos adquiridos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com a derrubada dos vetos.



MULHERIDADES

CONCEITO FORTE NA LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Em 2025, a bancada do PSOL na Câmara foi novamente liderado por uma mulher negra: Talíria Petrone (RJ). E, pela primeira vez, presidiu a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), com as deputadas Célia Xakriabá (MG) e Erika Hilton (SP), presidente e terceira vice, respectivamente. As deputadas Sâmia Bomfim (SP), Profª Luciene (SP) e Talíria também integraram o colegiado, que se tornou uma trincheira das mulheridades, da pluralidade de vivências e identidades de ser mulher.

A CMulher recebeu em suas tribunas mulheres do Cerrado, trabalhadoras do campo, adolescentes, a campanha Criança não é Mãe, a Conferência Nacional de Trabalhadoras Domésticas, além da Marcha das Mulheres Negras e da Marcha de Mulheres Indígenas, com as quais promovemos duas das mais potentes sessões solenes do ano. A comissão também foi palco de luta contra a transfobia, a violência obstétrica e o feminicídio, pela visibilidade lésbica e em solidariedade às mulheres vítimas de violência política de gênero.

Nesta e nas demais comissões, o PSOL defendeu pautas estruturantes, como a revogação da Lei da Alienação Parental; a criação da Fundação de Amparo à Enfermagem; o combate aos “fake nudes”; o aumento do Bolsa Família; a semana da amamentação negra; a meia-entrada para

mulheres nos estádios; a campanha de combate à violência política de gênero; o reconhecimento do trabalho do cuidado como critério no cálculo da pensão alimentícia; a inclusão da política de cuidados no fundo social do pré-sal; a tipificação do homicídio vicário; a suspensão da remuneração de militares condenados por crimes contra mulheres na ditadura; a suspensão da pensão alimentícia paga ao agressor; o auxílio vulnerabilidade para vítimas de violência doméstica; o dia de proteção e combate à violência contra mulheres indígenas; a delegacia da mulher indígena; a inclusão de mulheres, meninas e pessoas que menstruam em situação de calamidade pública e deslocamento climático no Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.



Célia Xakriabá apresentou o PL 1527/2025, que combate a violência obstétrica contra mulheres indígenas, garantindo o acompanhamento por parteiras tradicionais e profissionais indígenas de saúde durante todo o processo de pré-natal, parto e pós-parto.

Em Plenário, nossa bancada foi protagonista em conquistas como o enquadramento das educadoras infantis na carreira do magistério e a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacional. Mesmo sendo o partido com maior participação proporcional de mulheres, o PSOL quase foi excluído da Secretaria da Mulher, mas garantiu, pela força coletiva, a eleição de Tállia Petrone como 2ª Coordenadora Adjunta da Bancada Feminina.

A deputada Fernanda Melchionna (RS) conseguiu a aprovação da urgência em plenário para a votação do PL 4165/2025, que prevê prioridade no uso de tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres, uma iniciativa construída a partir das demandas e dados coletados pela Comissão Externa criada para acompanhar os feminicídios no Rio Grande do Sul, da qual Fernanda é coordenadora.



Em defesa do aborto legal, a bancada se destacou ao enfrentar o PDL 3/2025, que buscava revogar a Resolução 258 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. Por essa atuação, o Conanda aprovou moção de aplausos a nossas deputadas. No STF, o partido também apresentou a ADPF 1207, ao lado da Associação Brasileira de Enfermagem, para ampliar a atuação de profissionais nos procedimentos de interrupção da gestação. Entre as leis sancionadas de autoria de deputadas do PSOL, destacam-se a Lei nº 15.124/2025, que combate a discriminação contra gestantes e mães na concessão de bolsas acadêmicas, e a Lei nº 15.221/2025, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes.



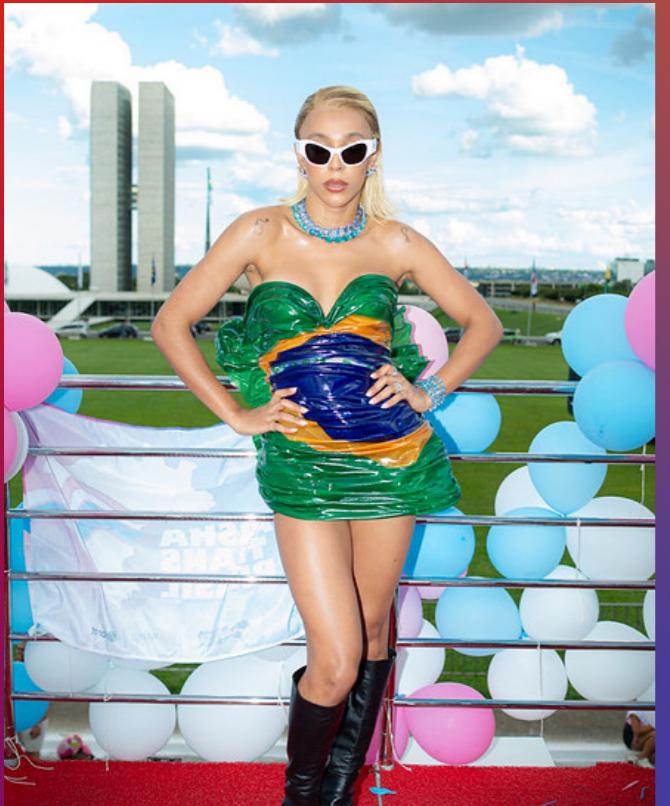
O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a Prefeitura de São Paulo a pagar uma multa de R\$ 24,8 milhões por não garantir o acesso ao aborto legal a mulheres, adolescentes e crianças, em sua maioria vítimas de estupro, no Hospital Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, referência neste tipo de acolhimento. A decisão veio a partir de ação protocolada pelo Coletivo Educação em 1º Lugar, do qual a deputada federal Professora Luciene Cavalcante (SP) faz parte. "Criança não é mãe! É um verdadeiro crime negar o que é de direito de mulheres e meninas que são vítimas. Elas sofrem, mais uma vez, quando veem negado esse direito e são obrigadas a se expor em busca de atendimento e acolhimento", afirmou a deputada Prof. Luciene.



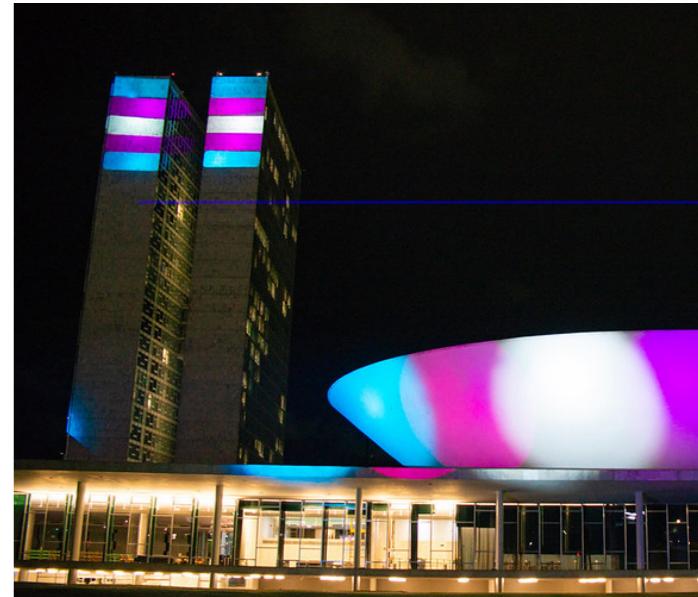


VIDAS E DIREITOS LGBTQIAPN+ COM FORTE REPRESENTAÇÃO

O PSOL esteve no centro das mobilizações de marchas e paradas LGBTQIAPN+ por todo o país, com protagonismo da deputada Erika Hilton (SP), ao lado de outras parlamentares trans do partido - Linda Brasil (SE), Thabata Pimenta (RN), Amanda Paschoal (SP), Atena Beauvoir (RS), Juhlia Santos (RS) e Benny Briolly (RJ) - que lembraram ao Parlamento e ao país inteiro que as pessoas LGBTQIAPN+ são sujeitas de sua própria história e estão chegando aos espaços de poder.



ASCOM Sâmia Bomfim



Na Câmara, a bancada do PSOL manteve-se firme na defesa dos direitos LGBTQIAPN+ e conseguiu aprovar matérias em comissão. De autoria de Erika Hilton, o PL 2668/2024 estabelece a obrigatoriedade do registro e processamento adequado de práticas e crimes homotransfóbicos nos sistemas de segurança pública, garantindo visibilidade estatística e resposta efetiva à violência. Já o PL 183/2025 reconhece a Cultura Ballroom como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, valorizando uma das expressões artísticas e políticas mais potentes das comunidades negras e periféricas. E o PL 2119/2024, da deputada Sâmia Bomfim (SP), declara a Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

No campo jurídico, o partido manteve sua decisiva atuação para garantia de direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Supremo Tribunal Federal, com a proposição de ação contra a Resolução nº 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que retira direitos de adolescentes trans ao impedir o uso de bloqueadores que servem para interromper o desenvolvimento de características secundárias do gênero com o qual não se identificam, gerando danos à saúde mental e aumentando o risco de sofrerem violência.

A resolução do CFM, contrariando a melhor literatura científica, ainda cria regras que patologizam as identidades trans de pessoas adultas. O PSOL, além de propor a ação, fez campanha nas redes, e a deputada Erika Hilton, junto com o endocrinologista Cristiano Maciel, se reuniu com o relator, ministro Cristiano Zanin, do STF.

Vencemos com a ADPF 522, que anulou leis estaduais e municipais que proibiam o ensino sobre diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas, ou que exigiam "controle parental" sobre o conteúdo pedagógico, e somos amigos da Corte no STF contra lei do Estado do Espírito Santo com conteúdo similar – amigos da corte é a denominação de profissionais que intervêm em um processo judicial para fornecer informações e esclarecimentos técnicos ao juiz, geralmente em temas de grande relevância.

Também seguimos em luta na Comissão da Mulher, onde a deputada Sâmia Bomfim avançou para rejeitar o PL 2649/2021, projeto de teor abertamente transfóbico, que pretende autorizar policiais a se recusar a abordar pessoas trans. O PSOL tem atuado com firmeza para impedir retrocessos dessa natureza e garantir que o Parlamento não legitime a discriminação.

Em agosto, a Comissão da Mulher também homenageou o Dia da Visibilidade Lésbica, com moção de louvor proposta pela deputada Célia Xakriabá (MG) e defendida pela deputada Talíria Petrone (RJ), destacando a resistência e a contribuição das mulheres lésbicas nas artes, esporte, comunicação e política.

Encerrando o ciclo, o PSOL participou ativamente da Conferência Nacional LGBTQIAPN+, reafirmando seu compromisso com as deliberações e com a implementação de políticas públicas que assegurem igualdade, respeito e proteção à diversidade em todas as suas formas.

REGULAÇÃO DAS REDES E DEFESA DA DEMOCRACIA CONTRA BIG TECHS



O PSOL iniciou este ano se posicionando fortemente contra a atuação predatória e desleal, no Brasil, das chamadas big techs – megaempresas de tecnologia e informação que dominam o mercado global e têm um forte impacto na economia e na sociedade. Quando a Meta anunciou que suas redes não moderariam mais boa parte do conteúdo, lançamos o documento “O enfrentamento às Big Techs e proposições de iniciativas”.

Está claro que as grandes plataformas estão alinhadas com a extrema-direita no mundo e liberaram o discurso de ódio, desinformação e preconceito. A deputada Erika Hilton (SP) solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) uma investigação sobre a Meta.

A líder Talíria Petrone (RJ) apresentou o projeto PL 2575/2025 para que as plataformas digitais tenham representação legal constituída por pessoa jurídica em território nacional, como qualquer empresa que opere no país, assim como se exige na União Europeia, China, Índia, Rússia e outros países.

A deputada Professora Luciene Cavalcante (SP) apresentou o projeto 3.891/2025 para enduzer as regras contra a disseminação de con-

teúdos que promovem a “adultização” infantil e a pedofilia nas plataformas digitais. A proposta prevê a responsabilização civil e penal pessoal dos representantes legais no Brasil e exige que as plataformas mantenham canais de denúncia com resposta em até 48 horas.

Quando o youtuber Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, reuniu em vídeo diversos exemplos de sexualização infantil nas redes, o deputado Chico Alencar (RJ) protocolou no Ministério Público Federal (MPF) um pedido de investigação sobre casos de exploração e adultização de crianças e adolescentes em plataformas digitais.

O deputado Pastor Henrique Vieira (RJ) apresentou um requerimento para a criação de uma CPI para investigar a exploração de crianças e adolescentes nas redes sociais, bem como a atuação das plataformas digitais na moderação desses conteúdos. “Estamos diante de graves violações de direitos. É dever do Congresso investigar, responsabilizar e criar mecanismos para que empresas de tecnologia e influenciadores cumpram a lei e respeitem a dignidade das nossas crianças e adolescentes”, defendeu Pastor Henrique.

Ainda sobre a falta de controle das redes sociais no Brasil, o deputado Guilherme Boulos (SP) açãoou, em maio, o Ministério Público Federal para que o órgão suspendesse o funcionamento do Discord no Brasil até que a empresa se adeque à legislação brasileira. A plataforma foi utilizada para o planejamento de uma ação terrorista no show de Lady Gaga no Rio de Janeiro e por três jovens para planejar o assassinato de um morador de rua na capital fluminense, entre tantos casos de irregularidades denunciadas por especialistas.

Desinformação – O deputado Guilherme Boulos (SP) apresentou o projeto 2729/2025 que amplia punições às big techs por desinformação e fake news nas redes sociais. A proposta responsabiliza as redes, civil e administrativamente, quando permitirem a disseminação de conteúdo inverídico e de crimes contra o Estado Democrático de Direito e não precisem de notificação judicial para serem retiradas pelas plataformas de rede social.

Inteligência Artificial – O PSOL participou ativamente dos debates da Comissão Especial de Inteligência Artificial, que discute o PL 2338/23. A deputada Fernanda Melchionna (RS) articulou audiências públicas que debatessem o uso de IA no serviço público, sua relação com os direitos fundamentais, ética e responsabilização, garantia de regulação/proteção do mercado de trabalho ligado ao setor e meio ambiente. Isso porque os trabalhadores que se encontram em empresas de IA têm sido submetidos a cargas extensas de trabalho, sem qualquer garantia ou proteção, com baixíssimos salários, além de correrem o risco de demissão para serem substituídos por robôs.

As deputadas Célia Xakriabá (MG), Erika Hilton (SP), Sâmia Bomfim (SP) e a líder Talíria Petrone fizeram parte do grupo de deputadas que pediu a discussão de medidas legislativas e institucionais para enfrentar a nova forma de violência digital de gênero. O debate, liderado pela deputada Célia, como presidente da Comissão da Mulher, trouxe à tona a urgência de enfrentar crimes digitais, como a produção de imagens falsas de nudez – os chamados deep nudes – e foram apresentadas propostas como a criação de um protocolo nacional de atendimento às vítimas.

Audiovisual – A líder Talíria Petrone presidiu audiência pública, na Comissão de Cultura, para debater as ações afirmativas no audiovisual brasileiro, com participação de lideranças do movi-

mento negro e do audiovisual. A audiência tratou da inclusão de empresas comprometidas com a reparação histórica no audiovisual nacional, que ainda tem maioria branca. Isso é o que mostram dados do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), segundo os quais mais de 90% dos projetos com orçamento superior a R\$ 5 milhões foram dirigidos e roteirizados por pessoas brancas.

O deputado Tarcísio Motta (RJ) também atuou nesta área e se reuniu, junto com representantes do setor audiovisual e produtoras independentes, com o relator do PL 8889/25, que trata de Vídeo sob Demanda (VOD), deputado Dr. Luizinho (PP). O deputado Tarcísio buscou interlocução para propor ajustes no relatório para que a proposta fortalecesse o setor audiovisual brasileiro, garantisse recursos públicos para a produção independente e impusesse regras mais equilibradas às grandes plataformas de streaming.



SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ FUTURO

O ano de 2025 foi intenso para os rumos da educação do país. O Congresso Nacional aprovou o Sistema Nacional de Educação, previsto pela Constituição Federal, mas ainda não regulamentado. O SNE vai permitir uma articulação da gestão compartilhada da educação entre a União, estados e municípios. Sua aprovação contou com participação ativa dos parlamentares do PSOL, em defesa da educação pública com acesso, equidade, gestão democrática e garantias mínimas de qualidade.

Esse também foi o desafio nas discussões do Plano Nacional da Educação, que definiu as metas, objetivos e estratégias da educação para os próximos dez anos. O PSOL foi um dos partidos que mais apresentou emendas ao PNE e batalhou para garantir 10% do PIB para a educação pública. Só com financiamento adequado é que conseguiremos conquistar as metas previstas pelo plano, freando os impulsos privatistas do grande capital educacional.



Nossos deputados atuaram com firmeza na Comissão de Educação para barrar os retrocessos propostos pela extrema-direita, como a militarização das escolas, as inúmeras tentativas de criminalização dos profissionais da educação, além do homeschooling - educação domiciliar, em que a responsabilidade de educar crianças e adolescentes é assumida pela família, fora do ambiente escolar tradicional, e que pode acarretar precarização da socialização, a ausência de um ambiente de aprendizado plural, a dificuldade na detecção de casos de violência e negligência, além de ensino de conteúdos não embasados.

A deputada Luiza Erundina (SP) e representantes do Ministério da Educação (MEC) promoveram webconferência, em agosto, para celebrar os dois anos da promulgação da Lei nº 14.644/2023, que trata dos Conselhos de Escola e dos Fóruns de Conselhos de Escola. "O fortalecimento dos conselhos de escola significa mais democracia, mais transparência e mais participação social. É a escola se abrindo para ouvir e decidir junto com a comunidade", destacou a deputada.

Defendemos a valorização dos profissionais, com o pagamento do piso salarial, melhores condições de trabalho e a garantia de horário de planejamento.

A bancada do PSOL apresentou diversas propostas para que nossas escolas estejam atentas às mudanças climáticas, garantindo conforto térmico, estimulando iniciativas de educação ambiental e valorizando os saberes tradicionais. Seguiremos em defesa de um projeto de educação popular, pautado pela diversidade, inclusão e democracia, que valorize as escolas das periferias das cidades, do campo, dos rios, florestas e todas as comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

O Projeto de Lei 10301/2018, de autoria do deputado Ivan Valente (SP), fortalece o controle social sobre a merenda fornecida nas escolas, para assegurar que os recursos destinados no orçamento sejam efetivamente executados e também amplia os canais para a denúncia de irregularidades. O projeto foi aprovado na Câmara e agora será analisado pelo Senado.

Outro projeto apresentado pelo deputado Ivan Valente (SP) é voltado para a permanência dos jovens nas escolas. O PL 1642/2025 propõe a ampliação do incentivo financeiro e educacional do programa Pé-de-Meia para estudantes da educação profissional e tecnológica, incluindo os cursos superiores de tecnologia e os cursos técnicos subsequentes e concomitantes ao ensino médio oferecidos por instituições públicas.



A bancada defendeu a educação verdadeiramente inclusiva, com acessibilidade, equipamentos adequados, atendimento especializado e formação continuada dos profissionais, atuando pela ampliação das vagas, seja em creches ou na Educação de Jovens e Adultos e contra a evasão escolar, com medidas de busca ativa e permanência estudantil.

Neste sentido, o deputado Tarcísio Motta (RJ) defendeu, na Comissão de Educação, a criação de uma Subcomissão Permanente voltada à valorização dos profissionais da educação. O deputado Tarcísio é o coordenador da subcomissão e a relatoria é da deputada Professora Luciene Cavalcante (SP). "A valorização dos profissionais da educação é um princípio constitucional, mas que ainda está longe de ser efetivado na prática. Baixos salários, condições precárias de trabalho e falta de formação continuada são problemas que se arrastam há décadas", destacou o parlamentar.

O PL 2.387/2023, de autoria da deputada Professora Luciene Cavalcante (SP), que prevê o enquadramento das educadoras infantis na carreira do magistério, foi sancionado pelo Presidente Lula. "Corrigem-se uma injustiça histórica que mantém profissionais concursadas fora do enquadramento no magistério", destacou Luciene.

O deputado Tarcísio Motta (RJ) e a deputada Sânia Bonfim (SP) participaram, em outubro, do lançamento do documento Diretrizes para Políticas e Ações de Acolhimento a Educadores em Risco na América Latina, elaborado pela Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas (CLAA). Para Tarcísio, o debate foi fundamental para reafirmar a centralidade da liberdade acadêmica como pilar democrático.

No fim de novembro, a deputada Fernanda Melchionna (RS) realizou uma Sessão Solene em homenagem ao escritor gaúcho Érico Veríssimo, em memória dos seus 120 anos de vida e 50 de morte. Estiveram presentes, entre outros, Fernanda Veríssimo, neta de Érico Veríssimo, e Fernanda Garcia, diretora executiva da Câmara Brasileira do Livro. Durante a homenagem, foram distribuídos livros de Érico Veríssimo doadas pela Cia das Letras.

No debate do orçamento para 2026, a bancada atuou pela recomposição orçamentária das universidades e institutos federais, pelo reajuste do valor do Plano Nacional de Alimentação Escolar e por mais verbas para a educação básica.



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

ÊNFASE NA POLÍTICA DE CUIDADOS E PROTEÇÃO À INFÂNCIA

O PSOL tem um reconhecido trabalho na pauta dos cuidados tendo como centralidade a importância do olhar sobre o chamado trabalho não remunerado, realizado em grande parte pelas mulheres, com reorte importante para as mulheres negras.

No ano de 2025, o partido seguiu sua forte atuação nesse campo temático com destaque na condução da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sob a presidência da deputada Célia Xakriabá (MG) e terceira vice-presidência da deputada Erika Hilton (SP).

Na Secretaria da Mulher, a deputada Talíria Petrone (RJ) é uma das coordenadoras, e a deputada Sâmia Bomfim (SP) é uma das coordenadoras da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Criança e do Adolescente.

Nesse contexto, comemoramos a sanção de duas leis de autoria de parlamentares do PSOL.

A lei 15.124/25, que veda critérios discriminatórios na seleção de bolsas científicas para mães, de autoria das deputadas Erika Hilton, Professora Luciene Cavalcante (SP), Célia Xaciabá, Luiza Erundina (SP) e Talíria Petrone e a lei 15.221/25, que institui a Semana Nacional de Cuidados



com Gestantes e Mães, de autoria da deputada Sâmia Bomfim.

E seguimos com lutas em curso, como a apresentação de projeto de lei para garantir o aleitamento materno nas creches públicas, apresentado pela líder Talíria Petrone (PL 5105/2025), a mobilização na CCJC pela revogação da lei de alienação parental (PL 2812/22), de autoria das deputadas Fernanda Melchionna (RS), Sâmia Bomfim e Vivi Reis (PA) e a aprovação em plenário do projeto da deputada Professora Luciene Cavalcante que institui o Selo Compromisso com a Primeiríssima Infância (PL 625/25).



SAÚDE É DIGNIDADE

E NÃO PROSPERA EM MEIO À FOME E ÀS DESIGUALDADES

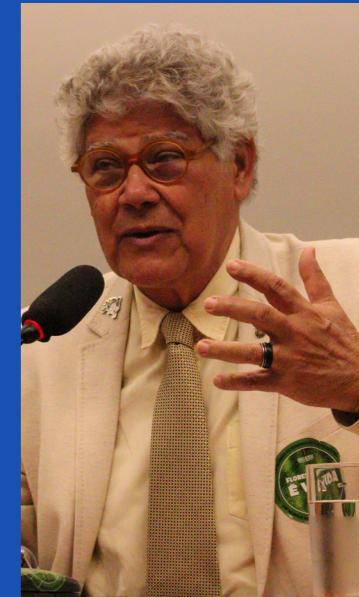
Desde sua fundação, o PSOL e sua bancada estão comprometidos com a garantia dos direitos de saúde da população brasileira e com a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Garantir políticas de saúde biopsicossociais é reconhecer que não existe saúde em meio à fome, ao desemprego e à desigualdade climática.

Em 2025, nossa bancada atuou em diversos espaços para efetivar esse direito social. Dentre as ações, destacamos a sanção da lei 15.117/2025, que obriga emissoras públicas, educativas e comunitárias de rádio e televisão a divulgar diariamente informações sobre prevenção de doenças, de autoria do deputado Chico Alencar (RJ) e a participação da deputada Sâmia Bomfim (SP) na Comissão Especial destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 14/21) sobre os critérios de aposentadoria dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Comunitários de Endemias (ACE). O deputado Paulo Lemos (AP) defendeu a aprovação da proposta como passo fundamental para fortalecer a saúde pública e reconhecer o papel desses profissionais na linha de frente do atendimento à população.

Neste ano foram apresentados importantes projetos de lei na área de saúde, como o PL 2274/2025, do deputado Pastor Henrique Vieira (RJ), que visa proibir uso de escolas e unidades de saúde durante operações policiais; o PL 130/25, da deputada Erika Hilton (SP), que institui uma política nacional de saúde mental para pessoas trans e travestis e prevê a criação de ambulatórios de atendimento multidisciplinar; e o PL 2537/2025, do deputado Chico Alencar (RJ), que visa tornar o processo de revalidação de diplomas médicos expedidos no exterior (Revalida) mais acessível, com aplicação de provas descentralizadas.



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



MARIELLE

VIVE

EM CADA PESSOA QUE LUTA

Quase oito anos após o seu assassinato, o legado de Marielle Franco continua a inspirar mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+ e moradores de favelas em todo o Brasil.

Suas lutas - contra a violência policial, pela defesa dos direitos das mulheres negras, por moradia digna, por uma cidade pensada por e para mulheres, pela igualdade de gênero e pela visibilidade lésbica - seguem mais urgentes do que nunca.

Num Brasil ainda marcado por crises políticas, desigualdades profundas e pelo avanço de grupos armados, Marielle faz falta. Sua ausência é um grito constante por justiça.

Hoje sabemos que seus algozes buscavam atingir um setor da política fluminense. Mas é impossível ignorar que a escolha de matar Marielle - e não outro representante do mesmo campo político - está ligada ao que ela simbolizava: uma mulher negra, favelada, lésbica, que ousou ocupar um espaço de poder e denunciar injustiças. Sua atuação competente, incisiva e corajosa como vereadora atrapalhou os interesses de grupos criminosos e as disputas de território.



Em abril de 2025, o ex-deputado federal Chiquinho Brazão teve seu mandato cassado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados por excesso de ausências não justificadas — consequência de ter passado mais de um ano preso preventivamente, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle.

O Conselho de Ética já havia aprovado, ainda em 2024, um relatório recomendando sua cassação, mas o tema nunca chegou a ser votado em plenário. Foi preciso que o limite máximo de faltas fosse atingido para que a medida fosse finalmente aplicada.

Os executores do crime, o pistoleiro Ronnie

Lessa e o motorista Élcio de Queiroz, foram julgados e condenados pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no fim de 2024.

Agora, o Brasil e o mundo aguardam o julgamento no Supremo Tribunal Federal dos mentores do assassinato: Chiquinho Brazão e seu irmão, Domingos Brazão (que, mesmo preso, ainda recebe salário como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), além de outros envolvidos no plano.

E enquanto a justiça não chega, a voz de Marielle segue ecoando — nas ruas, nas urnas e em cada pessoa que luta.



PELO FIM DO GENOCÍDIO CONTRA O POVO PALESTINO



ASCOM Chico Alencar



Em 2025, a Bancada do PSOL manteve-se na vanguarda da solidariedade internacional e da defesa intransigente dos direitos humanos do povo palestino. Em meio à escalada do genocídio em Gaza e à omissão de grande parte da comunidade internacional, o partido reafirmou sua posição histórica de denúncia contra o apartheid imposto por Israel e de apoio à autodeterminação da Palestina. A bancada defendeu, dentro e fora do Parlamento, uma política externa brasileira comprometida com a paz, a soberania dos povos e o fim de qualquer cumplicidade com crimes de guerra. Uma destas vozes foi a do deputado Chico Alencar (RJ). Durante todo o ano ele se opôs às violações cometidas por Israel contra a população de Gaza. Chico denunciou o apoio dos EUA, que pretende tomar o controle da área, realocar os palestinos nos países vizinhos e criar no local uma “Riviera do Oriente Médio”, em um extermínio deliberado do povo palestino.

Quando foi divulgada, em março, a morte do brasileiro-palestino Walid Khaled Abdullah Ahmed, de 17 anos, que estava sob custódia do estado de Israel desde 30 de setembro de 2024, o deputado Ivan Valente (SP) apresentou uma moção de repúdio contra o governo de Israel.

Em maio, as deputadas Fernanda Melchionna (RS) e Sâmia Bomfim (SP) elaboraram uma carta ao presidente Lula solicitando que o governo brasileiro rompesse relações diplomáticas, comerciais e de intercâmbio de material e tecnologia militar com o Estado de Israel. O documento, aberto à assinatura de outros parlamentares, foi um marco da mobilização parlamentar pela Palestina.

Na carta, as deputadas denunciaram que a ofensiva israelense contra Gaza, iniciada em 7 de outubro de 2023, já havia causado mais de 54 mil mortes, a maioria de mulheres e crianças, e dezenas de milhares de feridos e mutilados. As parlamentares ressaltaram ainda que o próprio presidente Lula havia reconhecido a ofensiva como um “genocídio”, e lembraram que o Brasil, como país que reconhece o Estado Palestino e defende seu assento na ONU, tem o dever de adotar medidas concretas em coerência com seus princípios diplomáticos.

Em setembro, a deputada Sâmia Bomfim (SP), em parceria com a vereadora Débora Camilo (SP), protocolou uma representação no Ministério Público Federal para impedir a exportação de barras de aço no porto de Santos com destino à IMI Systems, empresa reconhecidamente fornecedora da indústria militar israelense.

A denúncia, construída em articulação com o Coletivo Pró-Palestina Livre da Baixada Santista, a Frente Palestina de São Paulo e o movimento internacional BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções a Israel), alertou que a exportação havia

sido autorizada “sem o devido escrutínio de risco quanto ao uso bélico das mercadorias”. O PSOL defendeu a responsabilização civil, administrativa e, se cabível, criminal dos agentes públicos e privados envolvidos na operação, reforçando a denúncia de cumplicidade com o genocídio em curso.

A solidariedade do PSOL também se expressou em ações de proteção a brasileiros que se somaram à luta humanitária internacional. Em 2 de outubro, a deputada Fernanda Melchionna (RS) reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para exigir medidas imediatas em defesa dos integrantes brasileiros da Global Sumud Flotilla, sequestrados pelo Estado de Israel durante missão de solidariedade à Palestina. O grupo, interceptado em águas internacionais, contava com 12 brasileiros, entre eles Gabriele Tolotti (presidente do PSOL/RS), Mariana Conti (vereadora do PSOL/SP em Campinas) e Nicolas Calabrese (coordenador da Rede Emancipa).

Além dessas ações institucionais, a bancada do PSOL se destacou por uma série de pronunciamentos e manifestações públicas em defesa da Palestina. Deputadas e deputados levaram reiteradamente ao plenário e às comissões o debate sobre o bloqueio humanitário, os ataques a hospitais e escolas e a destruição sistemática de Gaza. Em cada intervenção, o partido reafirmou que a luta palestina é uma causa de toda a humanidade e que não há paz possível enquanto persistirem o apartheid, a ocupação e o extermínio do povo palestino.



ASCOM Sâmia Bomfim



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



A Bancada do PSOL na Câmara realizou encontros com especialistas em busca de construir consensos sobre a atuação da bancada em relação a temas prioritários durante todo o ano de 2025.



AGENDA BRASIL

Na primeira edição de Agenda Brasil foi discutida a PEC da Segurança Pública, enviada pelo governo ao Congresso. A proposta modifica as competências da União em relação à segurança pública do país, para integrar polícias e estabelecer a política nacional e as diretrizes de atuação das forças de segurança.

Notou-se um sentimento geral de que os problemas da segurança pública brasileira, sendo tão complexos, precisariam de mudanças mais estruturais. Porém, alguns especialistas apontaram o aspecto positivo de que a União passará a ter um papel definido constitucionalmente para a execução de políticas de segurança.

O direito à terra, o respeito aos territórios dos povos indígenas e tradicionais e a soberania alimentar do povo brasileiro também foi tema de um dos encontros. Para fazer frente à histórica concentração fundiária, o avanço do monocultivo e o modelo neoextrativista voltado à exportação, os especialistas sugeriram ações para fortalecer a articulação entre movimentos de mulheres, indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores e atingidos por barragens; pressionar pela implementação do Pronara; fortalecer o Plano Nacional de Proteção de Defensores no Ministério dos Direitos Humanos; atuar contra retrocessos nas áreas de mineração, pulverização aérea, licenciamento ambiental e agrotóxicos; e incidir na tramitação do PL 131/2020, que trata do reconhecimento, proteção e garantia do

direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras.

O enfrentamento às mudanças climáticas e a urgência de implementar políticas públicas integradas e transversais para lidar com esse desafio foi tema de outra edição. Diante da iminente ameaça de aprovação do “PL da Devastação”, o desmonte do licenciamento ambiental não é apenas um retrocesso normativo — é uma ameaça concreta aos biomas, aos povos que deles dependem, à saúde pública e ao futuro das próximas gerações. Na reunião foram definidas estratégias de atuação contra este projeto, o mapeamento de projetos da “pauta da destruição”, a articulação de ação direta com o governo e ministérios para solicitar voto integral ao PL do Licenciamento e à Emenda 10 do PL da Mineração, entre outras ações.



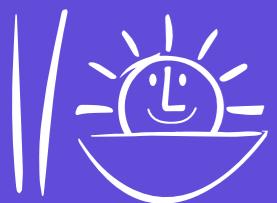
Outro ponto de discussão foi a regulação da inteligência artificial e das redes sociais. O recente ataque norte-americano à soberania e democracia brasileiras coloca em cheque o poder indiscriminado das chamadas Big Techs, que tentam interferir no debate público brasileiro, manipular opiniões e lucrar cada vez mais com a desinformação deliberada.

A popularização das IAs, com uso indiscriminado de dados, piora o problema e coloca em risco o mercado de trabalho, dados e informações de milhões de brasileiros. Decisões unilaterais dessas megaempresas de tecnologia impedem a fiscalização do funcionamento das redes sociais em todos os aspectos, o monitoramento dos anúncios publicitários, o impulsionamento e o combate à desinformação e aos discursos de ódio.

Os especialistas propuseram a criação de um repositório público de informações sobre anúncios nas plataformas, com a urgência de funcionar nas eleições de 2026; a definição de políticas de APIs (Interface de Programação de Aplicações) com exigência de transparência e cláusula de acesso para as plataformas que operam no Brasil; a regulamentação do trabalho em plataformas em toda a cadeia industrial e no processo de produção de inteligência artificial, com proteção social, previsibilidade de jornada e remuneração; e a definição e regulação da soberania digital, com critérios de armazenamento de dados do governo, academia, sistema financeiro e poderes públicos do Brasil, com infraestrutura (data centers) em território nacional sem que outros países tenham acesso, entre outras questões.



DIÁLOGOS NECESSÁRIOS



DESTAQUES DOS MANDATOS



TALÍRIA PETRONE

Em 2025, foi a líder da bancada da Federação PSOL/Rede na Câmara, defendeu a democracia, os direitos humanos e a soberania nacional. Atuou ao lado dos movimentos sociais por um projeto político comprometido com o povo e foi voz ativa na luta pela isenção do IR para quem ganha até 5 mil reais.

Talíria foi também relatora do projeto que inclui a economia do cuidado no cálculo da riqueza do país e aprovou o PL de sua autoria que garante educação climática no trabalho, unindo justiça climática e direitos trabalhistas.

TALÍRIA PETRONE (RIO DE JANEIRO)



CÉLIA XAKRIABÁ

A deputada liderou marchas e discussões pré COP30 e projetos em defesa de indígenas e do meio ambiente. Na COP30 defendeu a internacionalização do projeto Sem Mulher Não Tem Clima, que mapeia violências contra meninas e mulheres relacionadas à crise climática e a crimes socioambientais, que já conta com adesão de 20 países.

Seu PL 4381/2023, que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências, foi aprovado na Câmara e remetido para apreciação no Senado.

CÉLIA XAKRIABÁ (MINAS GERAIS)



CHICO ALENCAR

Alinhado aos debates da COP30, o deputado Chico Alencar protocolou um projeto que regula o consumo de água por Data Centers e assegura a soberania hídrica, agora em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Também apresentou o PL 791/2025, que incentiva a Educação Continuada para Mães Solo e garante condições específicas para realizar avaliações acadêmicas e outras seleções. Este PL foi aprovado em outubro na Comissão de Educação e seguirá, agora, para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

CHICO ALENCAR (RIO DE JANEIRO)

Em 2025, a deputada Erika Hilton seguiu no centro da luta da PEC pelo fim da escala 6x1 de trabalho, articulando reuniões com ministérios e com movimentos sociais, como o VAT – Vida Além do Trabalho.

Defendeu com firmeza os direitos das mulheres, enfrentando o PDL do Estupro, em sintonia com a campanha Criança Não É Mãe, e propôs a anistia para mulheres criminalizadas por aborto, reafirmando o compromisso com justiça e democracia.

ERIKA HILTON (SÃO PAULO)



ERIKA HILTON

Apresentou o PL 4165/2025, que estabelece critérios para monitoração eletrônica de agressores no âmbito da violência contra a mulher. A proposta foi elaborada na Comissão Externa para acompanhar os feminicídios no RS, coordenada por Fernanda. O requerimento de urgência já foi aprovado em plenário.

Outro projeto em destaque é o PL 127/2025, que prevê a suspensão da remuneração do salário de militares investigados por violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, praticados durante o período da Ditadura Militar.

FERNANDA MELCHIONNA (RIO GRANDE DO SUL)



FERNANDA MELCHIONNA

Em 2025, o deputado Glauber Braga enfrentou uma dura perseguição política por denunciar sem medo o esquema do Orçamento Secreto. Mesmo diante da denúncia pública da arbitrariedade, o Conselho de Ética aprovou um parecer pela cassação do seu mandato. Glauber não recuou. Em dezembro, Glauber teve seu mandato suspenso por seis meses.

O deputado Glauber, entre tantas outras iniciativas, apresentou uma proposta de emenda à Constituição para incluir no art. 177 o monopólio da União sobre as Terras Raras — um recurso estratégico para o futuro do país. A PEC ainda não alcançou o número de assinaturas necessárias, mas essa luta está longe de acabar.

GLAUBER BRAGA (RIO DE JANEIRO)



GLAUBER BRAGA



GUILHERME BOULOS

Uma das iniciativas centrais em 2025 do deputado Boulos foi a atuação na comissão que discute a regulamentação do trabalho por aplicativo (PLP 152/25). Ele realizou audiência que debateu a criação de uma remuneração mínima para entregadores e mototaxistas, garantindo direitos, segurança e condições de vida.

Boulos se licenciou no final de outubro para ser ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, que cuida da relação do governo com os movimentos sociais e com as lutas populares.

GUILHERME BOULOS (SÃO PAULO)



IVAN VALENTE

Em 2025, o deputado Ivan Valente, entre diversas atividades, apresentou duas iniciativas importantes: o PL 1954/2025, que cria um incentivo financeiro-educacional em forma de poupança para estudantes de cursos técnicos e tecnológicos das instituições públicas, e o PL 1725/2025, que protege a Amazônia ao proibir novos blocos de exploração de petróleo e gás e exige a recuperação ambiental de áreas afetadas.

IVAN VALENTE (SÃO PAULO)



LUIZA ERUNDINA

Erundina apresentou, entre outros, o PL 3357/2025, que protege o direito dos advogados de realizar sustentação oral preferencialmente de forma presencial, garantindo a comunicação imediata e direta entre a parte e os julgadores. O texto surge como medida de reequilíbrio diante de norma do CNJ.

Também organizou o Seminário “Fortalecimento da Democracia: Avanços e Desafios na Implementação das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade”, realizado por várias comissões da Câmara dos Deputados, junto com o Instituto Vladimir Herzog (IVH) e a Defensoria Pública-Geral da União.

LUIZA ERUNDINA (SÃO PAULO)

O deputado Pastor Henrique aprovou o PL 2056/2025 que institui o Programa Justiça Restaurativa Territorial, uma política de reparação e reintegração social que promove justiça, inclusão e desenvolvimento territorial, transformando espaços marcados pela violência em equipamentos públicos voltados à cidadania.

O deputado coordenou a Frente Parlamentar em Defesa do Estado Laico e da Liberdade Religiosa, que busca combater o fundamentalismo religioso, o mau uso da fé na política e reafirma o respeito à diversidade e à liberdade de crença.

PASTOR HENRIQUE VIEIRA (RIO DE JANEIRO)



HENRIQUE VIEIRA



PAULO LEMOS

Paulo Lemos assumiu o mandato em agosto após a recontagem do TSE. Integrou as Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Amazônia e dos Povos Originários, levando as demandas do Amapá ao debate nacional.

Seu foco foi na defesa dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, pelo cumprimento das normas federais e melhores condições de trabalho. Se licenciou em novembro para assumir a Secretaria de Educação do Amapá.

PAULO LEMOS (AMAPÁ)



LUCIENE CAVALCANTE

Dupla vitória! Dois Projetos de Lei de Professora Luciene Cavalcante foram aprovados no Congresso Nacional em 2025 e foram sancionados pelo presidente Lula.

O “Descongela” (PLP 21/23), que devolve de forma automática os 583 dias de trabalho que Bolsonaro congelou dos servidores públicos na pandemia; e o PL 2387/23, um marco para a educação de primeiríssima infância, que enquadra todas as educadoras infantis na carreira do magistério.

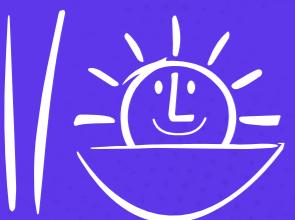
PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (SÃO PAULO)



**SÂMIA
BOMFIM**



**TARCÍSIO
MOTTA**



**psol
na
câmara**

A deputada Sâmia Bomfim aprovou emendas importantes que reforçam o compromisso com a igualdade e a justiça social. No novo PNE, garantiu a inclusão da educação ambiental, do conforto térmico nas escolas e de planos de adaptação às mudanças climáticas.

Na aprovação do projeto que amplia a licença-paternidade, conquistamos a extensão de 1/3 do benefício para famílias de crianças com deficiência.

SÂMIA BOMFIM (SÃO PAULO)

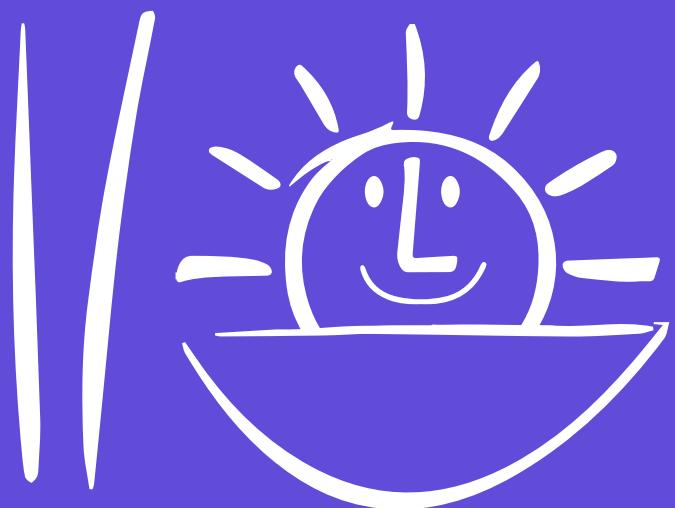
Tarcísio enfrentou a precarização do trabalho docente e a crise climática com duas iniciativas centrais: o PL da Hora-Aula (PL 4332/2024), que prevê que a jornada dos professores da educação básica seja calculada em tempos de aula, e não “minuto a minuto”. Com a proposta do “SUS do Clima”, o deputado apresentou uma emenda à Constituição para criar um sistema nacional e permanente de proteção contra desastres, articulando União, estados e municípios, com foco nas populações mais vulneráveis.

TARCÍSIO MOTTA (RIO DE JANEIRO)



UMA BANGADA NECESSÁRIA!





psol
na
câmara